



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Remédios mais solicitados. Pessoas atendidas. Custo anual de compras com medicamentos. Resposta insatisfatória. Supressão de instância. Recurso provido.

DECISÃO OGE/LAI nº 140/2017

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, de número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre a lista dos medicamentos mais solicitados nas farmácias de alto custo do Estado de São Paulo, bem como seu custo, a quantidade de pessoas que os recebem, quais os faltantes, por qual motivo e para que servem.
2. Em resposta, o ente informou que o gerenciamento do estoque de medicamentos é feito de maneira descentralizada, sendo que os dados relacionados aos gastos com o fornecimento dos remédios estão disponíveis no Siafísico, da Secretaria da Fazenda. Ainda, que a lista de remédios e as regras do programa estão disponíveis no portal da Secretaria da Saúde, e que os demais pedidos não seriam atendidos em razão de demandarem trabalhos adicionais do órgão. Em grau recursal, a Pasta manteve-se inerte, o que ensejou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância por parte desta Ouvidoria Geral do Estado (fl. 7), a Pasta permaneceu-se silente.
4. Primeiramente, recorda-se que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública, ressalvadas as exceções legais.
5. Deve-se consignar que tal direito reflete-se em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar, de modo fundamentado, eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. No caso em apreço, o ente demandado informou que os dados pretendidos encontram-se disponíveis em sistema da Secretaria da Fazenda e em endereço eletrônico da Secretaria da Saúde.
7. No entanto, não se pode considerar que a mera indicação, simples e genérica de portais da internet supere o dever estatal de conceder ao cidadão a informação pública solicitada. Diferente seria, naturalmente, se fossem apontados os caminhos dentro destes endereços eletrônicos que levassem aos dados ou mesmo se fossem enviados os links diretos para a informação, hipóteses que não ocorreram no caso em análise.
8. Vale ainda dizer que a fundamentação de negativa de acesso lastreada na inexigibilidade de tratamento de dados não pode ocorrer de forma automática, sendo necessária a devida consideração dos diversos valores envolvidos no caso concreto, com destaque para o dever geral de transparência, bem como para a viabilização do controle social sobre as atividades da Administração Pública. Mesmo no âmbito do Poder Executivo Federal, submetido à previsão regulamentar expressa a respeito dessa hipótese de negativa de acesso (artigo 13, inciso III do Decreto Federal 7.724/2012), a aplicação desse dispositivo não deve ocorrer de forma desmotivada, exigindo-se dos entes estatais a demonstração da desproporcionalidade entre o interesse na produção da informação e o custo necessário à sua disponibilização¹.
9. Verifica-se, assim, a insuficiência da motivação apresentada como fundamento para o indeferimento do pedido de acesso, sendo imprescindível o provimento do presente recurso, com vistas à adequada complementação da resposta originalmente

¹ Merece transcrição, nesse exato sentido, estudo da Controladoria Geral da União a respeito da aplicação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Governo Federal: “É importante deixar claro, no entanto, que **nem todo pedido de acesso à informação que exige certo trabalho adicional de análise ou de interpretação deve ser negado. Para que um órgão ou entidade pública se negue a fornecer uma informação com base na parte inicial desse dispositivo é necessário demonstrar que os procedimentos para a produção da informação impactariam as suas atividades rotineiras de forma negativa, da mesma forma que é feita nos pedidos desproporcionais.** Assim, deve-se fazer uma análise de ponderação com base nas vantagens e desvantagens que esse trabalho pode auferir. Ademais, o parágrafo único do art. 13 impõe ao órgão ou entidade pública a obrigatoriedade de indicar o local onde se encontram as informações demandadas, de maneira que o cidadão possa, ele próprio, realizar o trabalho de análise, interpretação e consolidação dos dados.” Cf. *Aplicação da Lei de Acesso à Informação em recursos à CGU*, p. 44. Disponível em: <http://www.aceessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/aplicacao-da-lai-em-recursos-a-cgu.pdf>. E ainda: “Para que haja adequada caracterização da desproporcionalidade de um pedido de informação, ademais, é necessário que o órgão recorrido **indique ao recorrente, de forma clara, concreta e com dados objetivos, que o seu pedido inviabilizaria a rotina da unidade responsável pela produção da resposta.** Deve-se demonstrar, portanto, o nexo de causalidade entre a dimensão do pedido e a sua inviabilidade operacional. Isso ocorre porque cabe à Administração Pública o ônus de comprovar o fato alegado, quando da negativa de acesso à informação, conforme o inciso II do parágrafo 1º do artigo 11 da Lei nº 12.527/11”. (Referência: 99901.000282/2015-43. Órgão recorrido: COBRA Tecnologia S.A.)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

ofertada, disponibilizando-se a íntegra do quanto solicitado, ou atentando para a necessidade de suficiente justificativa em eventual caso de impossibilidade de atendimento da demanda, conforme a vigente Lei nº 12.527/2011.

10. Diante do exposto, ausente qualquer justificativa legal para afastar a regra geral da publicidade, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011 e no aludido Decreto, conforme esta decisão.
11. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 11 de julho de 2017.


MARIA INÊS FORNAZARO
OUVIDORA GERAL DO ESTADO SUBSTITUTA